

A filosofia da mente: Uma revisão crítica

Silvio José Lemos Vasconcellos

Faculdades de Taquara (FACCAT)

RESUMO

Inúmeros tipos de fenômenos mentais têm sido objeto de estudos científicos nos últimos anos. A filosofia da mente corresponde ao estudo *filosófico* sobre a natureza da *mente*, sobre os *eventos mentais*, sobre as *funções e propriedades mentais*. A revisão bibliográfica desta pesquisa considerou livros e artigos sobre o tema publicados no período de 1949 até 2005. Este artigo tenta descrever a amplitude da filosofia da mente e indica alguns enfoques teóricos importantes nessa área. O autor enfatiza as contribuições da filosofia da mente para o debate relativo à ontologia dos estados mentais. Em contrapartida, o trabalho também analisa as reais limitações dessa abordagem na atualidade.

Palavras-chave: Mente; filosofia da mente; ciência cognitiva.

ABSTRACT

The philosophy of mind: A critical revision

All sorts of mental phenomena have yielded to scientific investigation in recent years. The philosophy of mind is the *philosophical* study of the nature of the *mind*, *mental events*, *mental functions* and *mental properties*. The bibliographical review of this research considered the 1940-2005 period and included articles and books about this subject. The article attempts to describe the scope of the philosophy of mind and indicate some of the important theoretic approaches in this philosophical area. The author emphasizes the contributions of philosophy of mind for debate about the ontology of mental states. On the other hand, this paper analyzes the real limits of this study in the present time.

Key words: Mind; philosophy of mind; cognitive science.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo revisar e discutir a relação existente entre as diferentes correntes que integram a moderna filosofia da mente. Conforme destaca Teixeira (1997), pode-se dizer que a moderna filosofia da mente teve início a partir da obra de Gilbert Ryle intitulada: *The Concept of mind*. Nesse trabalho, o autor procura destacar o fato de que a discussão mente e cérebro envolve a utilização de categorias que podem, sob muitos aspectos, obscurecer uma compreensão verdadeira dos fenômenos, gerando uma série de pseudoproblemas interpretativos (Ryle, 1949). Com base nesses questionamentos e com base no próprio advento das ciências cognitivas no final da década de 50, surgem novos postulados e novas tentativas de gerar soluções para o denominado problema mente e corpo (Teixeira, 1998).

Este trabalho procura elucidar as principais vertentes teóricas surgidas ao longo de mais de meio sé-

culo de estudos nessa área. Não serão considerados, para fins desta análise, possíveis aproximações ou refutações diante das principais idéias e doutrinas filosóficas antecedentes ao período que está sendo abordado. Buscou-se, de um outro modo, caracterizar concepções teóricas mais atuais, destacando os méritos e as limitações relativas aos seus principais postulados.

Uma revisão desse tipo poderá contribuir para uma reflexão mais ampla sobre as diferentes asserções teóricas já geradas no tocante à filosofia da mente e que tiveram, por sua vez, a finalidade de explicar a própria ontologia dos fenômenos mentais. Discorrer sobre o modo como diferentes correntes filosóficas têm dialogado na tentativa de explicar a questão mente e cérebro pode representar uma síntese necessária para o próprio avanço das idéias nessa área. Ao sintetizar e analisar as principais vertentes teóricas que integram a moderna filosofia da mente, este texto pode mostrar-se informativo e, ao mesmo tempo, fomentar novos diálogos que abarquem distintas posições sobre o tema.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FILOSOFIA DA MENTE

Pode-se afirmar que a filosofia da mente ocupa-se principalmente de um debate científico-filosófico, cujas soluções satisfatórias ainda não foram alcançadas (Churchland, 1988). Decifrar a verdadeira natureza dos processos mentais e, nesse sentido, a verdadeira natureza da inteligência consciente tem sido a proposta central dessa área específica da Filosofia, sendo que tal problema costuma receber a designação de “problema mente corpo” (Churchland, 1988). Alcançamos significativos avanços no que se refere ao conhecimento sobre uma série de mecanismos cognitivos, bem como sobre uma série de regularidades neurobiológicas. No entanto, tal como salienta Gardner, “Não temos nenhuma idéia de como as propriedades causais do protoplasma permitem que os indivíduos pensem” (Gardner, 2003, p. 190). Pode-se dizer, dessa forma, que o citado problema permanece bastante atual.

Conceber a mente como algo separado do cérebro, com um funcionamento próprio ou, de outro modo, como um epifenômeno, postular uma identidade entre os mecanismos mentais e cerebrais ou eliminar qualquer necessidade de uma referência à ontologia dos fenômenos mentais são algumas das questões que pautam o citado debate. Além disso, o próprio avanço das ciências cognitivas gerou a necessidade de reflexões sobre as implicações lógicas dos inúmeros postulados que acabaram surgindo com a proposta de explicar diferentes mecanismos cognitivos. As chamadas arquiteturas cognitivas (Frawley, 2000) representaram não apenas tentativas de decifrar os princípios gerais da cognição humana, como também, sob alguns aspectos, posicionamentos específicos sobre o problema mente e corpo. Nesse sentido, Dupuy (1996), salienta que é a própria filosofia que permite reunir diferentes áreas da ciências cognitivas.

A pertinência da Filosofia no que diz respeito a essa problematização pode ser justificada sob inúmeros aspectos. Em primeiro lugar, é preciso considerar que as análises experimentais geradas no âmbito da neurociência e das ciências cognitivas não permitem afirmar ou negar, de forma peremptória, uma natureza específica dos fenômenos mentais. Ainda que tais áreas tenham gerado notórios avanços na compreensão do psiquismo humano, seus principais preceitos não se mostram suficientes para que se alcancem ilações testáveis sobre a natureza da mente.

Em segundo lugar, deve-se considerar o caráter multidisciplinar que caracteriza as inúmeras tentativas de gerar soluções para o problema mente corpo. Dessa forma, a filosofia da mente vem representando não apenas uma possibilidade de examinar os pontos de

convergência e divergência emergentes, como também uma possibilidade de avaliar a consistência lógica dos principais argumentos produzidos nesse debate. Essa idéia contrapõe-se às afirmações de Gardner (2003) que, por sua vez, sugerem uma papel secundário para a Filosofia no tocante aos estudos sobre a mente. A idéia que será defendida na parte final deste artigo não é a de que a Filosofia ocupe um papel coadjuvante no referido debate, mas sim que a filosofia da mente encontra-se diante de um inevitável processo de estagnação teórica.

Uma terceira e última caracterização capaz de atestar a pertinência da filosofia da mente refere-se à necessidade de refletirmos sobre a relação entre psicologia popular e psicologia científica. Tal como salientam Boterill e Carruthers (1999), existem inúmeras divergências sobre até que ponto é apropriado abrirmos mão dos termos da psicologia popular a fim de alcançarmos uma redução naturalizada dos conteúdos mentais. Esse debate implica, dentre outras coisas, uma profunda discussão sobre um suposto antagonismo entre os recursos explicativos que cotidianamente utilizamos para inferir estados mentais e uma maior abrangência dos achados científicos na área. Pode-se afirmar, nesse sentido, que a filosofia da mente ocupa-se com questões desse tipo e atende a uma necessidade epistemológica relativa ao assunto.

Uma vez descritas as características gerais da filosofia da mente, bem como o algumas contribuições por ela geradas para o avanço do conhecimento humano, este artigo irá esboçar as principais correntes que fundamentam essa mesma abordagem. Na seqüência, serão sintetizados os principais preceitos relacionados a cada uma das correntes descritas. Na última parte do artigo, o autor irá tecer comentários que envolvem posicionamentos sobre os principais avanços, bem como sobre algumas limitações que caracterizam o estado atual de conhecimento sobre o assunto.

AS CORRENTES MATERIALISTAS

De acordo com Churchland (1988), as principais correntes materialistas são a teoria da identidade, o materialismo eliminativo e o funcionalismo. Em termos gerais, o materialismo postula uma realidade exclusivamente material dos fenômenos mentais. Embora existam significativas diferenças que serão aqui analisadas entre essas correntes, pode-se dizer que, principalmente no que se refere às duas primeiras, alude-se um nível exclusivamente neurológico como forma de explicar todos os fenômenos relacionados ao psiquismo. As correntes materialistas são assim denominadas pelo fato de não postularem nenhum outro tipo de ontologia para os fenômenos mentais, senão

uma ontologia exclusivamente material. Sperber (1988), entretanto, ressalta existir diferenças entre aquilo que é por ele denominado de materialismo maximalista e materialismo minimalista, sendo que o segundo aceita a idéia de que explicações funcionais não podem ser substituídas por explicações estruturais. Há, desse modo, controvérsias quanto a classificar o funcionalismo como uma corrente a mais dentro do materialismo (Chalmers, 1995).

A teoria de identidade afirma que os processos mentais por serem empíricos, sintéticos e contingentes são, em última análise, idênticos aos processos físicos que ocorrem em nosso cérebro. (Place, 1956, 1960, 1990; Lewis, 1966; Smart, 1959). De acordo com essa perspectiva, é possível postularmos uma redução interteórica gerada pelo próprio avanço da ciência (Churchland, 1988). Em outras palavras, assim como o calor e o frio acabaram sendo explicados em função dos efeitos da energia cinética molecular, os fenômenos mentais também seriam passíveis de um reducionismo fundamentado no próprio avanço da neurociência. Botteril e Carruthers (1999) afirmam existir, no entanto, dois tipos de teorias de identidade. De um lado, a teoria de identidade tipo que defende que cada tipo de estado mental é idêntico a um estado cerebral específico e, de outro, a teoria de identidade sinal que defende a idéia que casos individuais do mesmo estado mental, podem ser casos de tipos diferentes de estados ou eventos cerebrais (Botteril e Carruthers, 1999). Uma das críticas mais contundentes às teorias de identidade foi feita por Searle (1997), ao dizer que, no caso dos fenômenos conscientes, ao contrário do que ocorre no exemplo do calor e do frio, é possível obter uma redução causal, mas não uma redução ontológica do fenômeno. Para Searle, os fenômenos conscientes caracterizam-se por possuírem uma ontologia de primeira pessoa irreduzível (Searle, 1997).

Conforme Rampsey (2005), o termo materialismo eliminativo foi introduzido na Filosofia por James Cornman e difundido por intermédio dos trabalhos de Rorty. O postulado central do materialismo eliminativo avança que a redução interteórica proposta pela teoria da identidade não pode ser alcançada, uma vez que as referências psicológicas geradas pelo senso comum são falsas (Churchland, 1981; Lycan e Pappas, 1972; Rorty, 1970). O que está em questão, nesse sentido, não é propriamente uma redução, mas sim uma eliminação de todo e qualquer tipo de alusão a uma suposta ontologia diferenciada dos fenômenos mentais. Conforme Churchland (1988), a psicologia popular não seria, de acordo como o materialismo eliminativo, apenas uma representação incompleta de nossa natureza interna, mas sim uma representação distorcida dos nossos estados internos. Não se trata,

portanto, de uma necessidade de reduzir uma teoria à outra, mas sim de eliminar todos os postulados relativos a essa mesma teoria. O problema, conforme salienta Teixeira (1997), ao tecer considerações sobre o trabalho de Rorty, é que qualquer descrição neurológica da vida mental, constitui, por si só, uma representação. Gardner (2003) afirma, por sua vez, que: “qualquer um que quisesse banir o nível representacional do discurso científico, seria obrigado a explicar a linguagem, a solução de problemas, a classificação e coisas semelhantes, estritamente em termos de análise neurológica e cultural” (Gardner, 2003, p. 403). O desafio parece ser, nesse sentido, como extinguir os termos da psicologia popular e, ao mesmo tempo, preservar a capacidade preditiva e explicativa por ela alcançada? De acordo com alguns autores vinculados ao materialismo eliminativo, contornar esse obstáculo seria uma questão de tempo (Ramsey, Stich e Garon, 1990).

O Funcionalismo refere-se a uma abordagem cujos preceitos não são plenamente compatíveis com as diferentes visões reducionistas ou eliminativistas. Em termos gerais, os funcionalistas enfatizam um conjunto de relações causais, sendo que é a própria estrutura das atividades internas que garante particularidades aos diferentes estados mentais (Putnam, 1963; Chalmers, 1995). O funcionalismo não apenas entende que é válido conceber uma nível de descrição específico para os fenômenos mentais, como também apóiam-se no pressuposto da múltipla instanciação (Teixeira, 2005). Pressupor a múltipla instanciação significa postular que a execução de estados conscientes pode ocorrer em outros tipos de substratos materiais, uma vez que essa mesma ocorrência pode ser explicada em termos funcionais e não propriamente por particularidades estruturais. Schank e Birmbaum (1994) afirmam, por exemplo, que é prematuro negar a consciência da máquina, considerando o quão pouco as máquinas sabem. A visão funcionalista está, portanto, vinculada à chamada Inteligência Artificial Forte que, por sua vez, aposta na idéia de que um programa pode, por si só, constituir uma mente (Searle, 1992). Segundo Churchland (1988), uma das críticas que se pode tecer ao funcionalismo, refere-se ao fato de que, uma vez estando voltado exclusivamente para as propriedades relacionais, revela-se pouco elucidativo quanto à suposta natureza qualitativa dos estados mentais para a qual está voltado.

AS CORRENTES DUALISTAS

Conforme destaca Searle (1997), as principais correntes dualistas são o dualismo de substância e o dualismo de propriedades. Churchland (1988), afirma

que o pressuposto comum das diferentes correntes dualistas é o de que a natureza essencial da inteligência consciente é não-física. Concepções dualistas podem, no entanto, não serem reivindicadas apenas por doutrinas religiosas ou filosóficas e, nesse sentido, são também defendidas por neurocientistas como, por exemplo, John Eccles que postula uma solução quântica para o problema mente e corpo (Eccles, 1989).

No que se refere ao dualismo de substâncias, é correto afirmar que essa abordagem postula que a identidade da mente explica-se a partir de uma substância não-física (Loowe, 1992, 1993; Pietroski, 1994). Essa ideia parte da filosofia mecânica de René Descartes que, por sua vez, enfatiza uma interação causal entre a mente e o corpo. Ainda que existam inúmeros postulados distintos vinculados ao dualismo de substância, constata-se que todas as suas vertentes consideram que a intencionalidade não pode ser explicada de outro modo, senão pela ação de mecanismos que possuem uma ontologia substancialista, porém distinta da própria ontologia cerebral. A principal crítica relacionada ao dualismo de substâncias refere-se ao fato de postular uma série de fenômenos cuja ocorrência e cujas regularidades envolvidas não são passíveis de investigação científica (Botterill e Carruthers, 1999).

O dualismo de propriedades, de um outro modo, aventa que a ontologia dos fenômenos mentais não é substancialista, mas, ao mesmo tempo, não é redutível a ocorrências exclusivamente cerebrais. Para essa corrente, o cérebro é capaz de engendrar propriedades que nenhum outro tipo de objeto físico mostra-se capaz de engendrar. A compreensão da mente exige portanto um nível de descrição único. Churchland (1988), de um modo bastante específico, distingue diferentes vertentes do dualismo de propriedade. O epifenomenalismo postula um nível específico para os fenômenos mentais, alcançado a partir de um determinado limiar de complexidade cerebral, sendo que os próprios fenômenos mentais não possuiriam propriedade causais sobre o cérebro. Para Churchland (1988), essa é uma das formas mais antigas de dualismo de propriedades. Já o dualismo de propriedades elementar fundamenta-se na concepção de que as propriedades mentais não são emergentes e sim constitutivas desde o início do universo, ou seja, não dependem de um grau crescente de complexidade orgânica. O dualismo de propriedades interacionista postula que as propriedades mentais só se tornaram possíveis a partir de um certo nível de complexidade orgânica (Larmer, 1986). Em termos gerais, uma das críticas mais fortes aos diferentes tipos de dualismos de propriedades, refere-se ao fato de que tais abordagens, mostram-se pouco elucidativas quanto às próprias propriedades aludidas (Searle, 2002). Além disso, exceto pela questão da múltipla

instanciação já discutida neste artigo, o dualismo de propriedades demonstra envolver postulados que pouco se distinguem dos postulados defendidos pelos funcionalistas (Vasconcellos, 2006). Conforme Teixeira (1996), “o grande problema do dualismo parece ser o fato de não nos dizer nada além de que o mental é distinto do físico” (Teixeira, 1996, p. 174).

OS OBSTÁCULOS PARA O AVANÇO DAS DIFERENTES CORRENTES VINCULADAS À FILOSOFIA DA MENTE

Com base nas descrições estabelecidas, é possível constatar que avanços no âmbito da filosofia da mente só serão possíveis se alguns obstáculos puderem ser contornados. As inúmeras ideias surgidas a partir do desenvolvimento dessa abordagem atestam a sua pertinência para uma melhor fundamentação das diferentes ciências que se voltam para o cérebro humano e sua capacidade de gerar estados conscientes. Ressalta-se, no entanto, que diante do estado atual de conhecimento sobre o assunto, ideias mais conclusivas sobre a verdadeira ontologia da mente revelam-se difíceis de serem alcançadas.

Conforme Teixeira (2005), os estudos gerados na assim denominada década do cérebro não foram suficientes para suplantar o problema da relação entre forma e função. Uma análise conceitual dessa discussão continua mostrando-se pertinente. Por outro lado, a ideia central que está sendo apregoada neste trabalho é a de que, ao que tudo indica, essa mesma análise manter-se-á fundamentada em preceitos já estabelecidos, sendo que o mero refinamento dos argumentos vinculados às diferentes correntes não bastará para gerar avanços nessa área. Em outras palavras, a filosofia da mente fomenta, na atualidade, uma série de ilações sobre as quais a análise experimental dos diferentes fenômenos cerebrais não consegue gerar dados confirmatórios. A filosofia da mente é, portanto, necessária e pertinente para o avanço da ciência, mas revela-se, ao mesmo tempo, inevitavelmente especulativa diante de algumas questões relacionadas à neurociência e às ciências cognitivas em suas diferentes facetas.

Uma afirmação desse tipo pode ser exemplificada quando referenciamos o argumento de Gardner (2003) relativo ao ônus explicativo que poderia advir de qualquer tentativa de negar o nível representacional. De fato, tal negação parece ser contra-intuitiva e, nesse sentido, o próprio materialismo eliminativo demonstra ser contra-intuitivo. Por outro lado, as diferentes teorias representacionistas revelam-se pouco elucidativas na tentativa de explicar a verdadeira natureza dos fenômenos representacionais. As teorias simbolis-

tas, para utilizar a denominação de Del Nero (1997), vêm sendo construídas com base na tentativa de naturalizar os estados mentais, mas permanece em aberto a questão de como tais estados podem ter propriedades causais específicas. Além disso, não fazemos nenhuma idéia de como as ocorrências cerebrais engendram a citada realidade representacional que é, segundo essa abordagem, constitutiva da mente.

É igualmente verdadeiro o fato de que o materialismo eliminativo e as teorias de identidade ainda são pouco esclarecedoras tanto nas suas tentativas de redução, como na suas tentativas de eliminação. Aposta-se, nesses casos, numa crescente capacidade explicativa e preditiva das ciências que se voltam para os mecanismos cerebrais. Mas, cabe ressaltar que essa não é uma aposta passível de uma sustentação mais ampla, tanto quanto não é passível de uma refutação plena. Pouco pode ser dito sobre correntes que apostam tão significativamente no futuro da neurociência, sendo que esse mesmo futuro parece estar verdadeiramente distante.

Por essas razões a moderna filosofia da mente depara-se com aporias, bem como com a necessidade de sustentar certas petições de princípios. Esses são alguns obstáculos para uma das correntes da filosofia cujas hipóteses demonstram ainda resistir a toda e qualquer tentativa de falseamento. Por certo, tal característica não contrapõe as significativas contribuições geradas pela própria filosofia para a discussão do problema mente e corpo. O argumento aqui sustentado é o de que essa abordagem, que se desenvolveu significativamente durante a segunda metade do século passado, depara-se, na atualidade, com o problema de não mais encontrar, nas ciências para as quais está voltada, elementos que subsidiem o seu próprio avanço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou descrever, de forma sintética, as principais correntes dualistas e materialistas que, na atualidade, respaldam a assim denominada filosofia da mente. Foram mencionados alguns preceitos centrais dessas mesmas correntes, destacando-se as semelhanças e diferenças entre as mesmas. Embora uma série de idéias e sistemas teóricos sobre a verdadeira natureza dos fenômenos mentais tenham sido desenvolvidos em épocas antecedentes ao período analisado, este trabalho voltou-se para uma série de estudos publicados a partir do início da segunda metade do século passado.

De um modo geral, este estudo procurou evidenciar que a filosofia da mente gerou uma série de considerações sobre os principais problemas conceituais

relativos às diferentes concepções envolvendo a natureza da mente. As correntes destacadas tiveram, nesse sentido, o mérito de gerar um necessário diálogo relativo às principais tentativas filosóficas e científicas de solucionar o problema mente e corpo. Por outro lado, salienta-se que essa abordagem também gerou uma série de preceitos que, embora antagônicos, podem facilmente coexistir, uma vez que o estado atual de conhecimento sobre o assunto está longe de permitir inferências conclusivas sobre a verdadeira ontologia dos fenômenos mentais.

REFERÊNCIAS

- Botterill, G., & Carruters, P. (1999). *A filosofia da Psicologia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Chalmers, D. (1995). Facing up to the problem of consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, 2, 200-219.
- Churchland, P.M. (1981). Eliminative materialism and the propositional attitudes. *Journal of Philosophy*, 78, 67-90.
- Churchland, P.M. (1988). *Matter and consciousness*. Revised Edition. Cambridge, MA: MIT Press.
- Del Nero, H. S. (1997). *O sítio da mente*. São Paulo: Collegium Cognitio.
- Dupuy, J. (1996). *Nas origens da ciência cognitiva*. São Paulo: Unesp.
- Eccles, J. (1989). *A evolução do cérebro: a criação do eu*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Frawley, W. (2000). *Iygotzky e a ciência cognitiva – Linguagem e integração das mentes social e computacional*. Porto Alegre: Artmed.
- Gardner, H. (2003). *A nova ciência da mente*. São Paulo: Edusp.
- Larmer, R. (1986). Mind-body interactionism and the conservation of energy. *International Philosophical Quarterly*, 26, 277-85.
- Lewis, D. (1966). An Argument for the Identity Theory. *Journal of Philosophy*, 63, 17-25.
- Lowe, E. J. (1992). The problem of psychophysical causation. *Australasian Journal of Philosophy*, 70, 263-76.
- Lowe, E. J. (1993). The causal autonomy of the mental. *Mind*, 102, 629-44.
- Lycan, W., & Pappas, G. (1972). What is eliminative materialism? *Australasian Journal of Philosophy*, 50, 149-59.
- Pietroski, P. M. (1994). Mental causation for dualists. *Mind and Language*, 9, 336-66.
- Place, U.T. (1956). Is consciousness a brain process? *British Journal of Psychology*, 47, 44-50.
- Place, U.T. (1960). Materialism as a scientific hypothesis. *Philosophical Review*, 69, 101-104.
- Place, U.T. (1990). Boring and the mind-brain identity theory. *British Psychological Society History and Philosophy of Science Newsletter*, 11, 20-31.
- Putnam, H. (1964). Robots: Machines or artificially created life? *Journal of Philosophy*, 61, 668-691.
- Rampsey, W. (2005). Eliminative materialism [Online]. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*.
- Ramsey, W., Stich, S., & Garon, J. (1990). Connectionism, eliminativism and the future of folk Psychology. *Philosophical Perspectives*, 4, 499-533.

- Rorty, R. (1970). In defense of eliminative materialism. *Review of Metaphysics*, 24, 112-121.
- Ryle, G. (1949). *The concept of mind*. London: Hutchinson.
- Schank, R., & Birnbaum, L. (1996). Aumentando a inteligência. In Khalifa, J. *A natureza da inteligência* (pp. 77-109). São Paulo: Unesp.
- Searle, J. R. (1992). *The rediscovery of the mind*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Searle, J. R. (1997). *The mystery of consciousness*. New York: NY Rev. Book.
- Searle, J. R. (2002). Why I am not property dualist. *Journal of Consciousness Studies*, 9, 57-64.
- Smart, J. J. C. (1959). Sensations and Brain Processes. *Philosophical Review*, 68, 141-156.
- Sperber, D. (1998). As ciências cognitivas, as ciências sociais e o materialismo. In Andler, D. (Org.). *Introdução às ciências cognitivas* (pp.341-359). São Leopoldo: Editora Unisinos.
- Teixeira, J. F. (1997). *Filosofia da mente e inteligência artificial*. Campinas: Centro de Lógica e Epistemologia da UNICAMP.
- Teixeira, J. F. (1998). *Mentes e máquinas: Uma introdução à ciência cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Teixeira, J. F. (2005). *Filosofia da mente: neurociência, cognição e comportamento*. São Carlos: Claraluz.
- Vasconcellos, S. J. L. (2006). Mente, cérebro e representações. *Estudos de Psicologia*, 23, 67-74.

Autor:

Silvio José Lemos Vasconcellos – Psicólogo. Doutorando em Psicologia pela UFRGS. Professor do curso de Psicologia da FACCAT e da Especialização em Ciências Penais da PUCRS.

Endereço para correspondência:

SILVIO JOSÉ LEMOS VASCONCELLOS
Av. Oscar Martins Rangel, 4500 (RS 115)
CEP 95600-000, Taquara, RS, Brasil